



EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: DIÁLOGO ENTRE A EDUCAÇÃO FORMAL E CONHECIMENTO POPULAR

Marta Oliveira Barros (*Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Formação de Professores/ Universidade Estadual da Paraíba/E-mail barros.marta21@gmail.com*)

Dr. João Batista Gonçalves Bueno (*professor do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professor / Curso de História- Universidade Estadual da Paraíba e do Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba/ E-mail: joaobgbueno@hotmail.com*)

Maria Solange Rodrigues (*Licenciatura Plena em Pedagogia - Universidade Estadual da Paraíba; especialista em Psicopedagogia Institucional e MBA em Gestão de RH, E-mail: solangemariah@hotmail.com*)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir como os saberes populares de comunidades quilombolas do interior da Paraíba podem contribuir com a valorização da história e cultura afro- brasileira e africana no espaço escolar. Entendemos que quando a escola se aproxima do contexto histórico social dos alunos, estes terão maiores possibilidades de desenvolver uma aprendizagem significativa. Por isso propomos investigar diferentes pontos de convergência entre os saberes populares e a educação formal, buscando quais seriam as implicações positivas para a formação da cidadania e transformação da sociedade para alunos da escola básica. A formação cultural do nosso país foi baseada em um processo de homogeneização de saberes que valorizavam as populações de etnia branca e na ampliação de uma cultura comum de base eurocêntrica. Estes processos educacionais oprimiram os saberes, crenças e manifestações dos demais povos que contribuíram para a formação do povo brasileiro. Desta forma, acreditamos que para transformar essa realidade é preciso inserir novas estratégias pedagógicas que levem alunos e professores a considerar a diversidade étnico-racial existente no território brasileiro e a ressignificar sua identidade. Para isso, adotamos como aporte teórico os seguintes estudiosos: Brandão, (2006), Freire (1997), Munanga (2005), Melo Neto (2004), Moreira & Candau (2007). Nossa pesquisa tem avançado no sentido de refletir sobre a valorização do conhecimento popular de comunidades quilombolas como registro de suas histórias que foram silenciadas pela história imposta pela cultura dominante branca.

Palavras-chave: Educação formal, quilombola, conhecimento Popular.



INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas brasileira expressa na Lei nº 10.639/03 abriu um precedente importante para o aprendizado quilombola. Para realizarmos esses processos educacionais consideramos que é necessário considerar os modos de fazer e viver dos quilombos, uma vez que conhecimento popular de remanescentes quilombolas tem muito a contribuir com a valorização da história e cultura desse povo. Esperamos dessa forma, valorizar sua história e cultura que foram silenciadas na história oficial do Brasil.

Nesse sentido, o conhecimento popular pode ser utilizado nas escolas quilombolas para oportunizar que os estudantes superem as formas de opressão de sua história e cultura. Ao partir de investigações sobre o contexto histórico e social dos alunos o professor terá como cooperar com a educação emancipatória. Assim este trabalho tem como objetivo refletir as concepções teóricas a cerca das práticas de ensino relacionadas às questões étnico-raciais, bem como considerar o conhecimento popular é uma importante fonte de informação para a construção de currículos que valorizam essas temáticas, servindo, portanto, como meio de valorizar a história e cultura afro-brasileira e africana no espaço escolar.

A presente investigação configura-se como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que discutimos a partir de reflexões teóricas como as contribuições do conhecimento popular de comunidades quilombolas podem valorizar a história e cultura afro-brasileira e africana no espaço escolar, bem como a importância do currículo multicultural. Para isso, adotamos como aporte teórico os seguintes estudiosos: Brandão, (2006), Freire (1997), Munanga (2005), Melo Neto (2004), Moreira & Candau (2007) Nossa pesquisa tem avançado no sentido de refletir sobre a valorização do conhecimento popular de comunidades quilombolas como registro de suas histórias que foram silenciadas pela história imposta pela cultura dominante branca.



METODOLOGIA

Propomos discutir sobre quais seriam as necessidades de pensar sobre o conhecimento popular no âmbito escolar, bem como as práticas emancipatórias que viabilizam o reconhecimento da história e cultura quilombola no processo histórico paraibano. Como afirma FREIRE (1997, p.157) é a criação histórica que sugere decisão, vontade política, mobilização, organização de cada grupo cultural com vistas a fins comuns que requer uma prática educativa fundada no respeito às diferenças.

Nesse sentido, explicitamos nesse trabalho as reflexões teóricas em torno do currículo multicultural em benefício da educação étnico-racial. Segundo MOREIRA & CANDAU (2007, p. 36) é importante que se evidencie no currículo escolar a construção social e os rumos subsequentes dos conhecimentos, pois as raízes históricas e culturais tendem a ser “esquecidas” o que a faz ser representada como algo indiscutível ou até mesmo neutro. Acreditamos que o uso dessas informações, baseadas no conhecimento popular das comunidades quilombolas podem ser associadas ao currículo escolar, possibilitando a criação de questionamentos sobre a hegemonia do conhecimento eurocêntrico.

Quanto à forma de abordagem, a pesquisa possui caráter qualitativo, tendo em vista que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados serão evidenciadas. Para tanto nos referenciamos nos seguintes autores: Brandão (2000), Freire (1997), Gadotti (2005), Melo Neto (2004), Munanga (2004) entre outros.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

CONHECIMENTO POPULAR NO CENTO DA ESCOLA QUILOMBOLA

Explicitamos aqui a importância de considerar na educação quilombola o conhecimento popular do seu povo, especialmente os dos idosos, pois a memória dos idosos tem muito a contribuir para a elaboração de versões sobre suas histórias, que agora podem ser vistas pelo olhar dos negros. Portanto, o registro do conhecimento dos idosos dos quilombos pode contribuir diretamente com o sentimento de identidade das comunidades quilombolas. Assim, a utilização do conhecimento popular das comunidades quilombolas no ensino formal torna se importante para a ampliação do conhecimento científico. De acordo com MELO NETO (2004):

“A educação popular, pelo diálogo, caminha para a superação das formas existentes de opressão, uma pedagogia emancipatória... Uma pedagogia orientada pela interpretação do mundo, considerando que todos se educam pelo diálogo, intersubjetivamente”. (MELO NETO, 2004, p. 176).

Assim, para ter uma ampliação dos estudos da história e cultura afro-brasileira no ensino formal é preciso que os educadores se sensibilizem sobre a importância dos saberes quilombolas, para que possam inovar suas práticas educacionais no sentido de valorização e respeito à cultura afro-brasileira. Conforme Morin (2000), esse repensar paradigmático que vive a sociedade contemporânea abre caminhos para um fazer científico segundo o qual o conhecimento só pode ser pertinente se ele situar seu objeto no seu contexto e, se possível, no sistema global do qual faz parte, se criar uma forma incessante que separa e reúne, analisa e sintetiza, abstrai e (re) insere no concreto.



Desta forma, trabalhar com o conhecimento popular torna-se uma forma política de autonomia de ampliação do conhecimento científico que possa fazer cada vez mais para os homens, uma Ciência como nos lembra, Santos (2005) deve constituir-se em senso comum no sentido de se fazer entendida e útil para a sociedade. No entanto a ciência torna-se muitas vezes campo estranho e distante da realidade dos estudantes, pois há complexidades na popularização e divulgação dessa ciência como afirma Germano (2010, p.133). Se o discurso científico tem se tornado cada vez mais hermético e incomensurável com os discursos que circulam no cotidiano das práticas sociais e essa estranheza já alcança o próprio interior da comunidade científica.

De acordo com Melo Neto (2008) a concepção popular exige iniciativas no plano político, normalmente, originais, pois marcam a própria autonomia desses movimentos definidos de novo tecido social embasado em valores e objetivos. Nesse sentido, a escola quilombola necessita se aproximar dos saberes dos negros quilombolas para proporcionar uma educação de valorização identitária, diferente do que o sistema educacional que foi imposto por uma cultura dominante.

EDUCAÇÃO POPULAR NA PERSPECTIVA ÉTNICO - RACIAL

De acordo com Brandão (2006) a educação popular tende a aparecer como extensão dos serviços da escola e a diferentes categorias de sujeitos populares da sociedade, ou a grupos sociais de outras etnias, existentes nela ou à sua margem. Por exemplo, os remanescentes de quilombolas sofreram processo histórico de desvalorização cultural de seus costumes e de sua identidade.



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

Ao existir dentro e além de situações formais de ensinar-e-aprender (como o que acontece em um curso de alfabetização entre seringueiros no Acre), a educação popular é uma entre outras práticas sociais cuja especificidade é lidar com o *saber*, com o *conhecimento*. Com relações de intercâmbio de saberes entre educadores eruditos e sujeitos populares, não através do “saber em si”, mas através da prática de classe que o torna, finalmente, mais do que um *saber necessário*, aquilo a que pode ser dado o nome de um *saber orgânico*. (BRANDÃO, 2006, P.51.)

Nessa perspectiva o processo de ensino e aprendizagem nas comunidades quilombolas é diferenciado do saber escolar tradicional, pois, nestes casos, os sujeitos buscam reconstruir, repensar e transformar de forma coletiva, assim constituindo o saber popular. Segundo Brandão (2006) o trabalho coletivo do próprio povo e o professor como mediador pode atuar no domínio do conhecimento popular. Uma aproximação com esse saber terá como consequências a revisão e construção das identidades das comunidades quilombolas. Gadotti (2005) comenta que a educação não formal é sustentada pela convenção dos direitos da infância, e isso ultrapassa os limites do ensino escolar formal e engloba as experiências de vida. Assim como, pode ultrapassar os processos de aprendizagem não formais, que desenvolvem a autonomia da criança. Isto não significa dizer que ela é oposição ao ensino formal, pois as vivências, a cultura e suas raízes contribuem significativamente para formação de uma sociedade emancipada.

Assim a educação popular está em benefício da valorização da identidade dos quilombolas, uma vez que os saberes da população poderão ser um recurso para a construção de práticas de ensino no espaço escolar. Pois conforme Munanga (2005, p.15) somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade.



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

No entanto quando o professor considera as relações raciais que fazem parte da construção histórica, cultural e social do nosso país, assim ele terá melhor condições de trabalhar em sala de aula, uma vez que estas se configuram contexto multicultural. Nesse sentido, discutir a autoidentificação, ou seja, a identidade de um povo negro quilombola no Brasil se faz necessário, pois no decorrer da história oficial do país as concepções eurocêntricas de saber proporcionaram transformações no espaço brasileiro. Isto se deu, de tal modo, que as versões da história do Brasil não consideraram a atuação significativa do negro no processo de formação da população brasileira. Desta maneira, o espaço escolar será de primaz importância para se resgatar as vivências, costumes quilombolas.

A construção dessa nova consciência não é possível sem colocar no ponto de partida a questão da autodefinição, ou seja, da autoidentificação dos membros do grupo em contraposição com a identidade dos membros do grupo “alheio”. Uma tal identificação – (“quem somos nós?” – “de onde viemos e aonde vamos?” – “qual é a nossa posição na sociedade?”; “quem são eles?” – “de onde vieram e aonde vão?” – “qual é a posição deles na sociedade?”) – vai permitir o desencadeamento de um processo de construção de sua identidade ou personalidade coletiva, que serve de plataforma mobilizadora (MUNANGA, 2004, p. 14).

Deste modo, quando a escola quilombola valorizar a formação identitária de seus alunos a partir de sua história e sua cultura estará propiciando uma formação crítica, política e com compromisso com a sociedade, como afirma FREIRE (2001). Uma educação para liberdade, educação ligada aos direitos humanos, abrangente, totalizante, que proponha discussões sobre o conhecimento crítico do real e a alegria de viver. Porém a atuação do educador enquanto mediador é fundamental para proporcionar aos estudantes uma educação emancipada que valorize o conhecimento crítico como afirma Gadotti (2005).



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

Nesse contexto, o **professor** é muito mais um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito de sua própria formação. O aluno precisa construir e reconstruir conhecimento a partir do que faz. Para isso o professor também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos. Ele deixará de ser um *lecionador* para ser um *organizador* do conhecimento e da aprendizagem. (GADOTTI, 2005, p.3)

Nesse sentido, a atuação do professor mediante aos saberes, a curiosidade e contexto social dos alunos precisa ponderar o conhecimento formal que é estabelecido no currículo escolar, bem como considerar as relações interpessoais e interculturais na construção do ensino escolar, porque a escolar é um espaço que está inserido em meio às culturas, práticas sociais e naturais, Portanto a formulação do currículo intercultural é meio de valorizar as relações ético-raciais e reconhecer o conhecimento popular, costumes e cultura que os alunos vivenciam.

Não podemos estabelecer fronteiras muitas rígidas hoje entre o **formal** e o **não-formal**. Na escola e na sociedade, interagem diversos **modelos culturais**. O currículo consagra a intencionalidade necessária na relação intercultural pré existente nas práticas sociais e interpessoais. Uma escola é um conjunto de relações interpessoais, sociais e humanas onde se interage com a natureza e o meio ambiente. Os **currículos monoculturais** do passado, voltados para si mesmos, etnocêntricos, desprezavam o “nãoformal” como “extra-escolar”, ao passo que os **currículos interculturais** de hoje reconhecem a **informalidade** como uma característica fundamental da educação do futuro. (GADOTTI, 2005, p.4)

O currículo representa um meio prático que propicia a construção de identidades sociais e culturais, mas quando se trabalha na perspectiva intercultural e considera as experiências históricas e culturais dos estudantes. Como afirmam Moreira e Candau (2007) o currículo é um campo em que se tenta impor tanto a definição particular de uma cultura de um dado grupo como o conteúdo dessa cultura. Desta forma a escola quando considera o currículo como espaço de construção de saberes populares estará contribuindo com a reafirmação identitária dos alunos quilombolas.



CONCLUSÕES

Acreditamos que é importante considerar os saberes populares para reescrever a história do povo negro numa perspectiva de reconhecimento de suas identidades culturais. Assim, apontamos a memória de idosos como meio e estratégias de valorização e reconhecimento cultural dos quilombos brasileiro, pois quando a escola se aproxima do contexto histórico e cultural os alunos poderão desenvolver o trabalho significativo em prol da questão étnico-racial.

Entendemos que o conhecimento dos idosos quilombolas poderá ser um meio de auxiliar as escolas de comunidades remanescentes quilombolas a ressignificar a identidade cultural do seu povo, uma vez que as comunidades tem a oportunidade de construir sua história a partir do seu ponto de vista que não é da memória dominante. Desta forma, as narrativas orais dos idosos podem auxiliar o professor desenvolver atividades pedagógicas a partir da história do local e contribuir para a ressignificação identitária quilombola.

Portanto, para abordamos a valorização cultural afro-brasileira e africana é indispensável que os educadores tenham em sua formação oportunidade de estudar práticas educacionais que valorizem e respeitem a diversidade étnico-cultural brasileira e se faz necessário que professor leve em consideração as experiências, as raízes culturais, interesses, bem como o contexto em que vivem seus alunos, assim, o professor terá subsídio para refletir sobre suas práticas educativas e contribuir com valorização da identidade quilombola no espaço escolar.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: brasiliense, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 48ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GERMANO, M. G. **Popularização da Ciência e Tecnologia: um diálogo na interface entre uma nova ciência e um novo senso comum**. UFPB, 2008. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba – Centro de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, João Pessoa.

GERMANO, M. G.; KULESZA, W. A. **Popularização da Ciência: uma revisão conceitual**. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 24, p. 7-25, 2007.

GERMANO, M. G. **Uma nova ciência para um novo senso comum**. Campina Grande PB: EDUEPB, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, Editora DP&A, 2006.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Currículo, conhecimento e cultura. In: Beauchamp, J.; Pagel, S. D.; Nascimento, A. R. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2007. p.17-46.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em: 09. Março. 2015.

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo, Editora Global, 2006.

MELO NETO, José Francisco. Extensão Universitária, **Autogestão e Educação Popular**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

MELO NETO, José Francisco. **O que é popular**. In: In: O Labirinto da Educação Popular. João Pessoa: Editora Universitária, 2003

MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais – o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO:

DIDÁTICA E AVALIAÇÃO